



## AVALIAÇÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NO ENSINO DE CÊNCIAS: ANÁLISE NO MUNICÍPIO DE PELOTAS-RS

STHÉFANI BORGES BREGUE<sup>1</sup>; FRANCELE DE ABREU CARLAN<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – *sthefanibregue@hotmail.com*

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – *francelecarlan@gmail.com*

### 1. INTRODUÇÃO

No Brasil, um dos primeiros passos para garantir o direito de todos e todas à educação ocorreu a partir da reformulação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para a versão atual, quer seja, Lei n.º 9394/96 (BRASIL, 1996). No Artigo 4.º, a LDB determina "atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente, na rede regular de ensino" (p.3), e, em seu Artigo 58.º, define a educação especial como "a modalidade de educação escolar, oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais" (p. 35).

Da reformulação da LDB para cá muitos ordenamentos legais surgiram para garantir os direitos das pessoas com deficiência e/ou transtornos, como por exemplo, a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPI) (Brasil, 2008) que traz a perspectiva da Educação Especial para o contexto da escola comum e estabelece qual é o público que deve ser apoiado por esta política. São englobados pela PNEEPI as deficiências, de modo geral, ou seja, deficiência física, intelectual, visual e auditiva, os transtornos globais do desenvolvimento e as altas habilidades e superdotação. Em 2012, os transtornos globais do desenvolvimento têm sua nomenclatura substituída por Transtorno do Espectro Autista (Brasil, 2012).

Com relação ao Transtorno do Espectro Autista (TEA), de acordo com American Psychiatric Association (2013), este refere-se a crianças com o diagnóstico de Autismo, Síndrome de Asperger e Transtorno Desintegrativo da Infância. São indivíduos que apresentam graus de severidade diferentes com relação aos sintomas, ou seja, há uma enorme diversidade na manifestação de suas peculiaridades.

Logo, essas características tornam o processo de avaliação escolar complexo para os professores que não apresentam formação na área e que recebem em suas salas de aulas todos os anos vários alunos com diagnóstico de TEA. Nesse contexto, o processo de avaliação da aprendizagem acaba sendo uma das grandes dificuldades encontradas pelos professores, criando barreiras para uma análise adequada do desenvolvimento escolar destes alunos. Por desconhecimento e, muitas vezes, sem o apoio do professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE), estes docentes acabam utilizando o mesmo sistema avaliativo realizado com os demais alunos, ou seja, provas, testes, apresentação de trabalhos, entre outras atividades, sem levar em consideração a necessidade de apoios e adaptações curriculares para avaliar os alunos com TEA.

Pensando nas dificuldades encontradas pelos professores de Ciências durante a avaliação de seus alunos com TEA, o objetivo, deste trabalho, consiste em apresentar a proposta do projeto de dissertação, em desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Matemática, da



Universidade Federal de Pelotas, investigando quais são as estratégias de avaliação utilizadas, dificuldades e desafios encontrados pelos professores de Ciências que trabalham com turmas do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, de escolas públicas municipais, de Pelotas/RS, com a finalidade de compreender como as avaliações escolares têm sido realizadas e auxiliar na construção de novas estratégias.

## 2. METODOLOGIA

A pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa. Nessa perspectiva, os pesquisadores trabalham com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, podendo assim mergulhar na profundidade dos fenômenos e levando em conta sua complexidade e particularidade (SILVA, MARINHO & FRANÇA, 2013). A pesquisa será dividida em quatro momentos.

No primeiro momento será realizado um mapeamento de escolas públicas municipais do município de Pelotas/RS, que tem alunos com TEA matriculados do 6º ao 9º ano do ensino fundamental. O levantamento destes dados, será realizado via Secretaria Municipal de Educação e Desporto (SMED) e Centro de Autismo Dr. Danilo Rolim.

Após o mapeamento, serão realizadas entrevistas, com o auxílio de um roteiro semi-estruturado, com professores de Ciências e docentes que trabalham com o AEE pertencentes às escolas encontradas nesta busca anterior de forma a realizar um levantamento das dificuldades e desafios encontrados para realizar a avaliação escolar de alunos com TEA. Ainda, como os docentes de Ciências planejam suas avaliações, se buscam auxílio do professor do AEE e se é realizado acompanhamento pedagógico destes alunos ao longo do ano letivo.

No segundo momento, os dados coletados, através das entrevistas, serão analisados, a partir de Análise de Conteúdo que, de acordo com Moraes (1999), é uma metodologia de pesquisa utilizada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos, conduzindo descrições sistemáticas que iram ajudar a “reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum” (p. 2).

No terceiro momento, serão construídas estratégias de avaliação em conjunto com os professores de Ciências e os professores de AEE destas escolas. É importante destacar que a pesquisadora realizará um acompanhamento, durante o processo de construção das avaliações, para que se possa avaliar a eficácia das estratégias desenvolvidas.

Por fim, pretende-se construir, como proposta de produto educacional exigido para defesa final em pós-graduação de caráter profissional, um manual com experiências construídas, nestas escolas, que poderá auxiliar no processo de avaliação da aprendizagem de alunos com TEA de outras escolas.

## 3. RESULTADOS

Devido ao fato de estar no início do desenvolvimento do projeto, ainda não obtivemos resultados suficientes para a discussão dos resultados. Diante da pandemia por SARS-CoV 2/ COVID 19 (Brasil, 2020), em que a população mundial foi obrigada a realizar o isolamento social para conter a proliferação do vírus, tivemos dificuldades de acesso aos dados do primeiro momento da pesquisa, quer seja, o levantamento das escolas públicas de ensino fundamental do município de Pelotas que receberam alunos com TEA no último ano (2019).

Neste mês de setembro, após contato desde maio deste ano, com a SMED e o Centro de Autismo, nosso projeto foi liberado para iniciar a pesquisa. Com isso, já estamos em finalização do mapeamento das escolas e realizando contato com os professores de Ciências das escolas municipais identificadas no mapeamento para a realização das entrevistas.

Simultaneamente, vem sendo realizado o estudo dos referenciais da área e a busca por trabalhos produzidos por outros pesquisadores e referentes ao assunto nas bases de dados Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, Portal de Periódicos da CAPES e Scielo para a organização do estado do conhecimento.

#### 4. CONCLUSÕES

Até o momento foi possível analisar que temos um número significativo de escolas públicas do município de Pelotas, recebendo alunos com TEA, o que significa que as discussões e investigações produzidas ao final desta dissertação serão muito relevantes para as discussões sobre o tema, bem como para o auxílio no planejamento de avaliações escolares de professores de Ciências.

Ainda, temos percebido, através da revisão de literatura, que há poucos trabalhos que vem analisando como tem ocorrido o processo avaliativo escolar de indivíduos com TEA, apesar da inclusão ser uma realidade, nas escolas brasileiras, desde o início dos anos dois mil.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

American Psychiatric Association (APA). **Diagnostic and statistical manual of mental disorders**. 5th ed. Washington (DC): American Psychiatric Association; 2013.

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996, n. 248, p. 27.833-27.841.

BRASIL, Senado Federal. Lei nº 12.764 de 27 dezembro de 2012 que Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, 2012.

BRASIL, Ministério da Saúde. Coronavírus – Portal COVID 19. Secretaria de Saúde, 2020. <https://coronavirus.saude.gov.br/> Acesso em 28/09/2020.

MORAES, R.. **Análise de conteúdo**. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

SILVA, J.; MARINHO, J.; FRANÇA, G.. Consórcio entre pesquisas: possibilidades para o aprofundamento dos estudos qualitativos em educação. ETD-Educação Temática Digital, v. 15, n. 3, p. 443-454, 2013.